



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 567706 - SP (2020/0071936-7)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE : PEDRO ROBERTO DA SILVA CASTRO FILHO**  
**ADVOGADO : PEDRO ROBERTO DA SILVA CASTRO FILHO - SP309527**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : DANILO DA SILVA SANTOS (PRESO)**  
**OUTRO NOME : DANILO DA SILVA DOS SANTOS**  
**CORRÉU : CRISTIANO DE OLIVEIRA COSTA**  
**CORRÉU : THAYRINE ELLEN BERENGUELE**  
**CORRÉU : WASHINGTON JUNIOR BERENGUELE SIQUEIRA**  
**CORRÉU : LAURA ANDRADE CARDOSO**  
**CORRÉU : LEANDRO DE OLIVERIA COSTA**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DANILO DA SILVA SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2017975-06.2020.8.26.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso cautelarmente no dia 9/5/2015, vindo a ser condenado pela prática dos crimes previstos no arts 33, c/c o art. 40, VI, ambos da Lei n. 11.343/06, na forma do art. 71 do CPB, e no art. 35, c/c o art. 40, VI, todos na forma do artigo 69, do CPB, à pena total de 13 anos, 1 mês e 15 dias de reclusão, em regime inicialmente fechado, negado o direito de recorrer em liberdade (e-STJ fls. 142/143).

A defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual alegando, em síntese, excesso de prazo. O Tribunal de origem, contudo, não conheceu do *writ*, em acórdão ementado nos seguintes termos (e-STJ fl. 142):

*Habeas Corpus – Tráfico e associação para o tráfico de drogas - Insurgência contra a manutenção da custódia cautelar– Inadmissibilidade – Mera reiteração de pedido já analisado e repellido por esta Corte de Justiça, em duas ações constitucionais de habeas corpus anteriores. Hipótese, ademais, em que a alegação de excesso de prazo também coloca esta Corte de Justiça na posição de Autoridade coatora. Writ não conhecido.*

Na presente oportunidade, a defesa alega que o paciente se encontra preso há 5 anos, sem formação definitiva da culpa, caracterizando o constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo, tendo em vista a demora para o julgamento da Apelação interposta.

Alega, ainda, que o paciente é diabético, sendo inviável a permanência no cárcere, diante da Pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19).

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão do paciente, bem como extensão aos demais corréus, nos termos do art. 580 do CPP.

É o relatório, **decido**.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Inicialmente, verifico, de plano, que a alegação de que o paciente seja diabético e esteja com estado de saúde debilitado não foi levado ao conhecimento do Tribunal *a quo*. Portanto, inexistente pronunciamento do Tribunal de origem sobre a questão ora aventada, fica inviável exame direto por esta Corte, sob pena de supressão de instância.

Nesse sentido:

*[...] Matéria não enfrentada na Corte de origem não pode ser analisada diretamente neste Tribunal Superior, sob pena de supressão de instância. [...]* (HC n. 378.585/SP, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 6/4/2017, DJe 20/4/2017)

Observa-se, porém, ter sido expedida a guia de execução provisória, providência que assegura ao preso provisório os direitos inerentes à execução penal, nos termos da Súmula n. 716 do STF. Nesse contexto, mostra-se mais adequado e viável o exame da questão diretamente pelo magistrado responsável pelo processo de execução, nos termos da recomendação n. 62 do CNJ.

Outrossim, eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional, o que não se verifica no caso em exame.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados na inicial, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do pedido.

Ante o exposto, **indefiro a liminar. Recomendo**, entretanto, ao Tribunal impetrado, que revise a necessidade da manutenção da prisão, nos termos do que determina o art. 316 do Código de Processo Penal, com as alterações promovidas pela Lei n. 13.964/2019. **Recomendo**, também, ao Juízo das execuções penais, avaliar as alegações da defesa acerca dos problemas de saúde enfrentados pelo paciente, consoante

Recomendação n. 62 do CNJ.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, notadamente acerca do processamento e julgamento do respectivo recurso de Apelação Criminal, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Encaminhe-se cópia da petição inicial ao Juízo das execuções criminais.

Brasília, 23 de março de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca

Relator